

# Cada juiz profere sete decisões por dia útil, diz estudo

29/09/2024

A consultoria FTI Consulting divulgou estudo que aponta alta litigiosidade no país e um Poder Judiciário sobrecarregado, tendo em média sete decisões por juiz por dia útil. E a tendência é aumentar já que todos os anos 30 milhões de novos processos são abertos.

Para produzir o estudo a consultoria utilizou dados dos relatórios *Justiça em Números* e da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), do Conselho Nacional de [Justiça](#).

Segundo o DataJud, em 31 de dezembro de 2023 existiam 82,4 milhões de ações judiciais em tramitação em todos os tribunais do Brasil, sendo que destes, 35,2 milhões foram iniciados durante o ano de 2023. Este número de novos processos representa um crescimento de 10% em relação a 2022.

## Alta litigiosidade

O estudo aponta o alto grau de litigiosidade da sociedade brasileira. Conforme dados da World Justice Project, 32% dos brasileiros haviam experimentado algum problema jurídico nos dois anos anteriores a 2022,

“Utilizando dados populacionais do censo de 20224 em conjunto com os números de processos em andamento do relatório *Justiça em Números* do mesmo ano, chegamos ao montante de 40,1 mil processos em tramitação para cada 100 mil habitantes no Brasil”, diz trecho do relatório.

Essa média é alta mesmo quando comparada aos números de países como Estados Unidos(5,8 mil casos em tramitação por 100 mil habitantes); Alemanha (12,3 mil casos em tramitação por 100 mil habitantes); e Suécia (11,1 mil casos em tramitação por 100 mil habitantes”.

## Demanda gera morosidade

A consultoria aponta que o tempo médio decorrido entre o início de um processo judicial e a primeira baixa do processo é de 42 meses, ou 3,5 anos. O tempo de espera para resolução desses conflitos impacta a confiança no Judiciário brasileiro. Segundo o Relatório ICJ Brasil de 2021, “[a] principal dimensão que afeta a confiança no Judiciário é a morosidade na prestação jurisdicional. No período analisado, 83% dos entrevistados responderam que o Judiciário resolve os casos de forma lenta ou muito lenta”.

Além do cenário de alta litigiosidade, o baixo número de magistrados per capita também é indicado pela consultoria como uma das explicações pela morosidade da máquina judiciária brasileira.

“Em 2022, último ano com dados disponíveis, o Brasil contava com 8,9 magistrados por 100 mil habitantes, número inferior à maioria dos países desenvolvidos europeus, como Alemanha, Portugal, Itália, Suécia, França, Espanha e Noruega.

## Crescimento da arbitragem

Diante desse cenário, o estudo aponta o crescimento do mercado de arbitragem brasileiro. As câmaras arbitrais se destacam pela agilidade na resolução das disputas. Em média, são cerca de 19 meses para a resolução dos casos, contra 42 meses no sistema judicial brasileiro (sem considerar instâncias superiores).

Rômulo Serpa/CNJ



Consultoria utilizou base de dados do CNJ para produzir estudo



“Outras vantagens da arbitragem para as partes envolvidas são (i) possibilidade de escolha de árbitros com notório saber sobre o tema específico da disputa; (ii) maior rapidez na resolução das disputas; (iii) liberação de recursos para serem direcionados mais eficientemente; (iv) menor custo quando a possibilidade de êxito do requerente é grande; e (v) garantia de confidencialidade, evitando a divulgação desnecessária de informações sensíveis das partes”, diz trecho do estudo.

**Leonardo Florencio**, senior managing director de Economic Consulting da FTI, enxerga na arbitragem um dos caminhos para desafogar o Judiciário.

“A arbitragem é uma ótima alternativa para resolução de conflitos. Sendo mais especializada e ágil que o judiciário, reduz a incerteza sobre a disputa e libera recursos de forma mais rápida para o credor do litígio. Uma justiça mais célere e especializada diminui a percepção de impunidade e de insegurança jurídica, o que tende melhorar o ambiente de negócios e aumentar investimentos no país”, comenta.

**Clique [aqui](#) para ler o estudo**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-set-29/cada-juiz-profere-sete-decisoes-por-dia-util-diz-estudo/>